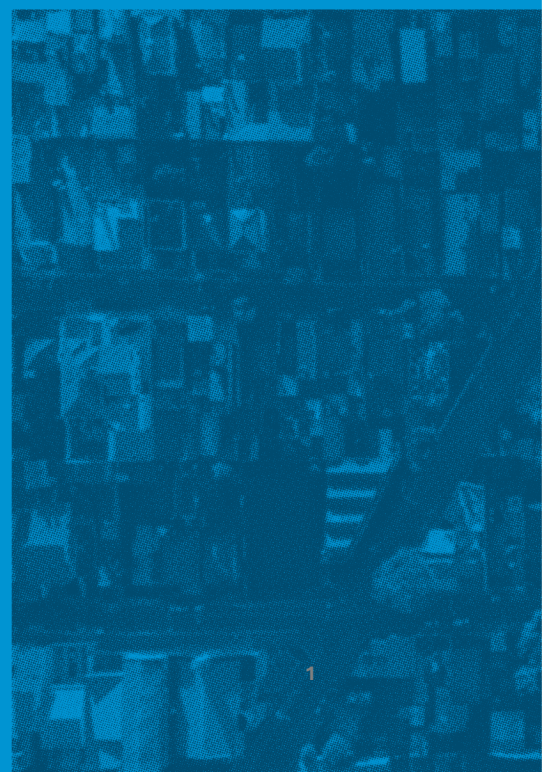
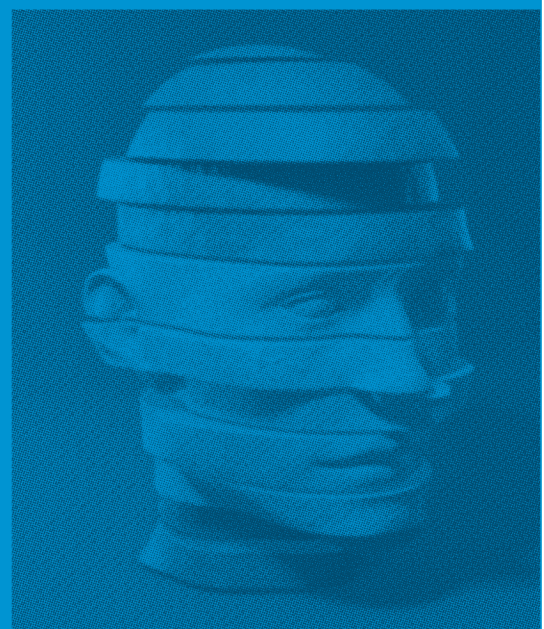
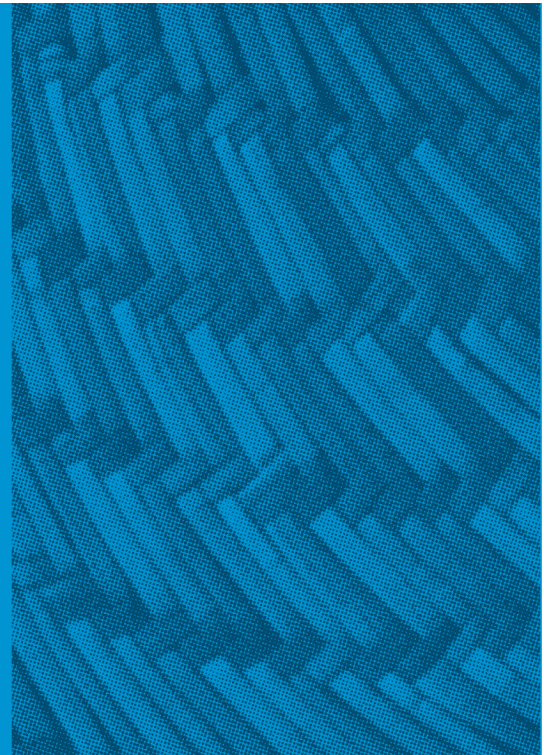


Documento de Área

Sociologia

Área 34

**Coordenador da Área:**

Paulo Andre Niederle

Coordenadora Adjunta de Programas Acadêmicos:

Cimone Rozendo de Souza

Coordenadora Adjunta de Programas Profissionais:

Fabiana Luci de Oliveira

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| PREÂMBULO | 5 |
| ESTADO DA ARTE | 6 |
| 1 1. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS..... | 12 |
| 1.1 Inovações, transformações e propostas..... | 12 |
| 1.2 Planejamento dos PPGs da área no contexto das IES | 14 |
| 1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs | 15 |
| 1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP) | 16 |
| 1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino à distância..... | 18 |
| 1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional..... | 19 |
| 1.7 Visão da Área sobre formas associativas..... | 19 |
| 1.8 A interdisciplinaridade na Área | 19 |
| 1.9 Processos híbridos de ensino e aprendizagem (PHEA) | 20 |
| 2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL | 22 |
| 2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos | 22 |
| 2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual..... | 24 |
| 2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta | 25 |
| 3 IMPACTO | 27 |
| 3.1 Perspectivas de impacto dos PPGs da Área na sociedade | 27 |
| 3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas | 28 |
| 3.3 Medidas de indução da interação com a educação básica..... | 29 |
| 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA | 30 |
| 5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE..... | 33 |
| 5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais..... | 33 |

| | | |
|----------|---|-----------|
| 5.2 | Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)..... | 33 |
| 5.3 | Visão da área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade..... | 34 |
| 6 | ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS | 35 |
| 6.1 | Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração | 35 |

Considerações da Diretoria de Avaliação

Neste documento a Área de Avaliação apresenta as diretrizes específicas que irão nortear as instituições de ensino superior sobre a avaliação e o acompanhamento dos programas de pós-graduação a ela vinculados. Essas diretrizes foram construídas de acordo com os critérios próprios da Área em constante diálogo com a sua comunidade. Para além disso, o Conselho Técnico Científico da Educação Superior (CTC-ES) definiu diretrizes e procedimentos comuns para a avaliação da pós-graduação *stricto sensu* e as áreas de avaliação e os programas devem observar as normas dispostas na legislação vigente e no documento referencial “Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação *stricto sensu*” disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/avaliacao/sobre-a-avaliacao/documentos-do-novo-ciclo-avaliativo-2025-2028>

PREÂMBULO

Este documento apresenta os princípios gerais que orientam a política de pós-graduação da Área de Sociologia na CAPES. Após um breve diagnóstico sobre a situação da área, o documento destaca os principais desafios e os caminhos que vêm sendo trilhados pela área com o objetivo de qualificar a formação de pessoal em nível de pós-graduação para atender as demandas de organizações acadêmicas e não acadêmicas. O documento também avança em questões de suma relevância para a pós-graduação, a exemplo das definições de excelência, interdisciplinaridade e ciência aberta.

A elaboração do documento esteve estreitamente articulada, por um lado, às discussões para a formulação do Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG) e, por outro, às recomendações do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES), o qual é responsável por definir os parâmetros das avaliações de entrada e permanência dos programas no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Em consonância com esses parâmetros, o documento aprofunda a compreensão específica da Área de Sociologia sobre a valorização da diversidade de perfis dos programas, a promoção da equidade por meio de políticas de ações afirmativas, a redução de assimetrias regionais, e a adoção de um modelo de avaliação que estimule qualidade e impacto social.

As orientações e sugestões apresentadas neste documento devem ser compreendidas à luz de todas as regulamentações publicadas pela CAPES, pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação, tendo sempre em consideração que alterações em normativas que se sobrepõe às decisões das áreas de avaliação poderão implicar na revisão deste documento. Além disso, o Documento de Área é complementar às orientações e aos parâmetros específicos para a avaliação de propostas de novos cursos (ver Documento Orientador de APCN) ou de permanência dos cursos ativos (ver Ficha de Avaliação). Sendo assim, para uma compreensão mais apurada acerca de como os princípios gerais da área são operacionalizados nos processos de avaliação, sugerimos uma consulta a esses e outros documentos no website da área.

ESTADO DA ARTE

Os programas mais antigos da Área de Sociologia já completaram cinquenta anos, o que revela uma trajetória relativamente longa em comparação a outras áreas com formação mais recente. No entanto, a expansão mais expressiva do número de programas ocorreu na primeira década deste século, acompanhando o crescimento do SNPG, do quadro de docentes das universidades públicas e dos recursos para pesquisa (Figura 1). Esse cenário alterou-se a partir de 2013 e, especialmente, entre 2019 e 2023, refletindo, dentre outras coisas, mudanças nas políticas para a educação superior e a pesquisa. Com efeito, entre 2019, quando foi aprovada a criação do curso de mestrado em Sociologia da UFMA de Imperatriz, e 2023, quando foi autorizada a abertura dos programas de Sociologia da UFAM e de Ciências Sociais da UFRPE, nenhum outro programa foi aberto pela área. Em 2024, a área contava com 52 programas em funcionamento e 1 em processo de desativação por decisão da instituição de ensino.

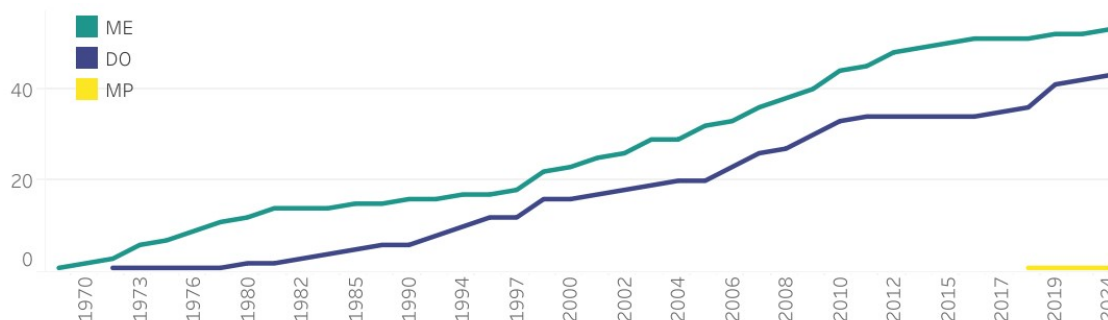


Figura 1 – Crescimento do número de cursos na área entre 1967 e 2024.¹

Dentre os programas em funcionamento, 23 oferecem formação em Sociologia, 22 em Ciências Sociais, três em Sociologia Política, dois em Sociologia e Antropologia, e dois em Sociologia e Ciência Política, todos na modalidade acadêmica. Até 2023, a área contava com um mestrado profissional em rede, voltado ao ensino de sociologia (ProfSocio), o qual foi realocado para a nova área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica. Dentre o conjunto de programas em funcionamento, 46 estão vinculados a instituições públicas – sendo 36 federais e 10 estaduais – e seis a instituições privadas ou comunitárias.

Em termos de distribuição regional a área ainda apresenta concentração nos estados da região Sudeste, onde situam-se 23 programas (9 no Rio de Janeiro, 8 em São Paulo, 4 em Minas Gerais e 2 no Espírito Santo). Em seguida destaca-se a região Nordeste com 14 programas, sendo que Ceará, Paraíba, Bahia, Maranhão e Pernambuco contam, cada um deles, com dois programas, e os estados de Alagoas, Rio Grande do Norte, Sergipe e Piauí com apenas um programa. Na região Sul são oito programas, sendo quatro no Rio Grande

¹ Fonte: Capes. Plataforma Sucupira (2024).

do Sul, três no Paraná e um em Santa Catarina. Já o Centro-Oeste conta com cinco programas, dos quais dois estão em Brasília, e os demais em Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Finalmente, a área possui apenas dois programas na região Norte, sendo um no Pará e outro no Amazonas.

Ao longo da última década a política da área esteve voltada à consolidação dos programas existentes, o que se revela, principalmente, na abertura de cursos de doutorado onde havia apenas a oferta de mestrado (Figura 2). Em 2024, 41 programas contavam com os dois níveis de formação (ME/DO), 1 possuía apenas doutorado (DO), e 9 apenas mestrado (ME). Essa estratégia de consolidação dos programas existentes refletiu diretamente o contexto político e econômico do país ao longo da última década, notadamente as incertezas que marcaram os investimentos na pós-graduação, as mensagens erráticas emitidas por determinados governos com relação à expansão ou retração do SNPG (incluindo a ausência de um PNPG entre 2020 e 2024), e a própria tentativa de deslegitimação das ciências sociais e humanas por parte de governos mais conservadores. De outro modo, como será discutido à frente, a mudança no contexto político e econômico permite traçar novos objetivos estratégicos para o futuro da área, a exemplo da expansão do número de programas em regiões com baixa densidade e conhecida demanda, como é o caso de alguns territórios do Norte e Centro-Oeste (Figura 3).

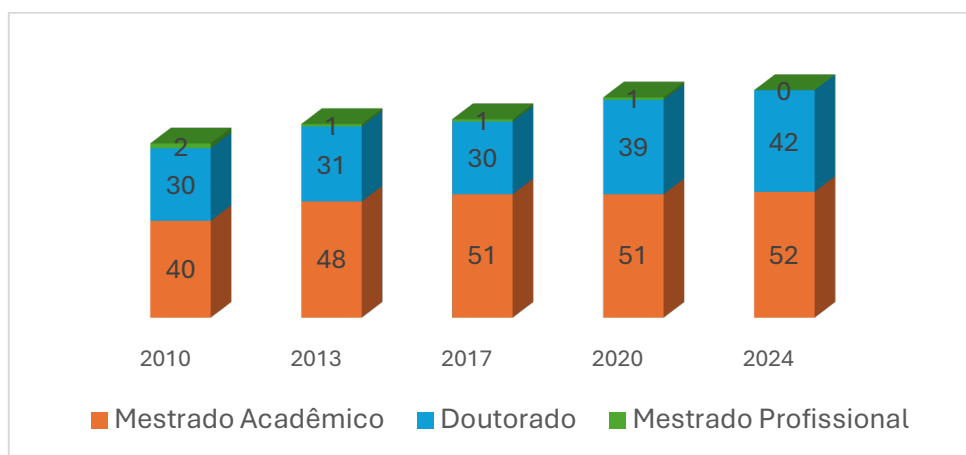


Figura 2 – Evolução do número de cursos de mestrado e doutorado na área de Sociologia entre 2010 e 2024.²

² Fonte: Capes. Plataforma Sucupira (2024)

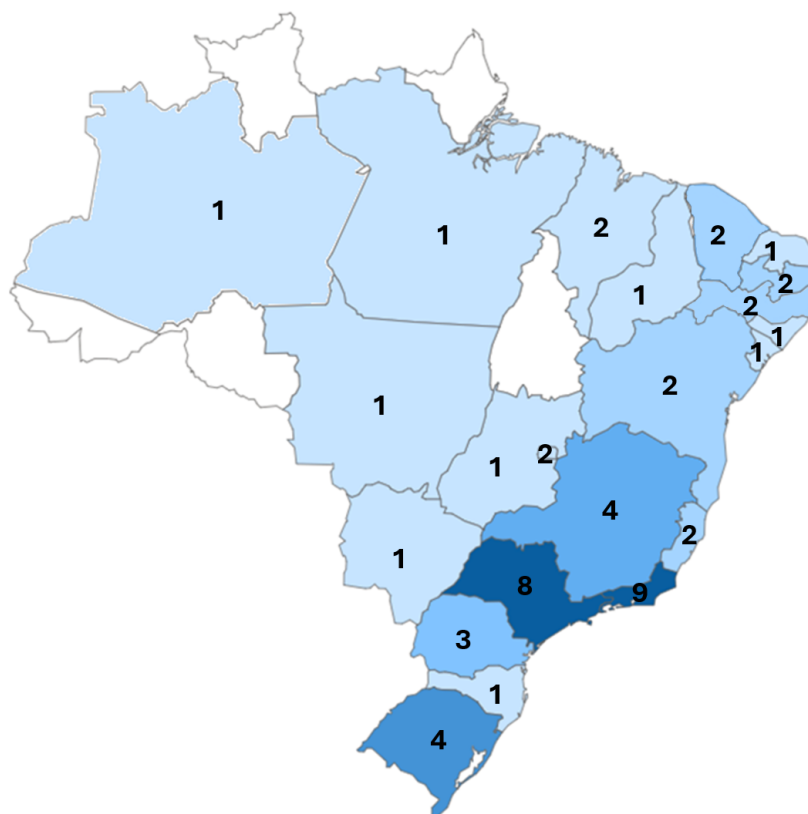


Figura 3 – Distribuição dos programas da área de Sociologia em 2024. ³

A política de consolidação dos programas também é evidenciada na Figura 4, que demonstra o crescimento do número de programas com conceito 5 *pari passu* à redução da proporção de programas com conceito 3. Na última avaliação quadrienal (2017-2020), 34% dos programas tiveram aumento de conceito, 62% mantiveram e apenas 4% tiveram redução. Esses percentuais acompanham as médias gerais da avaliação para o conjunto de todas as áreas. No entanto, eles diferem dos quadriênios anteriores em virtude dos efeitos produzidos pelo Termo de Autocomposição (TAC) assinado entre Capes e Ministério Público. Entre as várias implicações desse dispositivo destaca-se a impossibilidade de redução dos conceitos quando as razões estavam associadas a novos critérios, estabelecidos durante o quadriênio (o que, até então, era uma prática corrente).

³ Fonte: Capes. Plataforma Sucupira (2024)

Com efeito, para evitar esse tipo de situação, doravante a Ficha de Avaliação será publicada sempre no início do respectivo quadriênio.

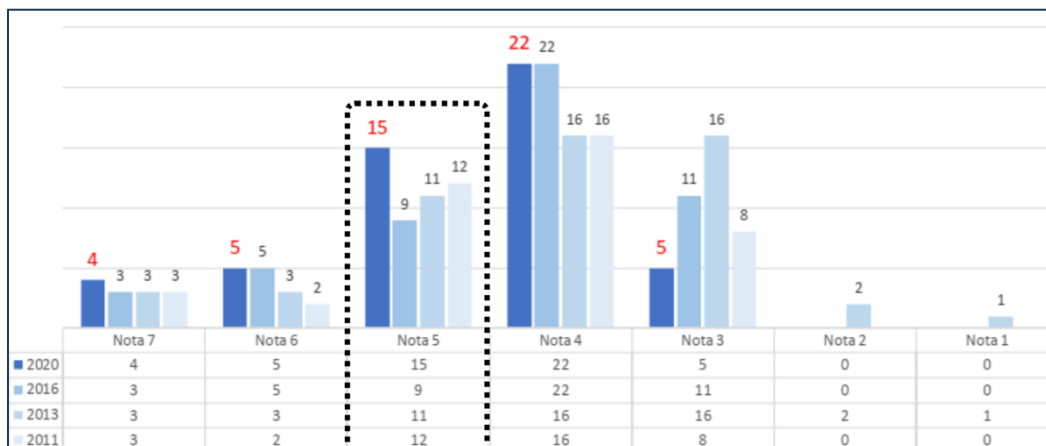


Figura 4 – Evolução dos conceitos dos PPGs na área de Sociologia. ⁴

De maneira geral, os resultados da avaliação estão correlacionados com o tempo de funcionamento dos programas (Figura 5), haja vista que os conceitos mais altos se concentram nos programas mais antigos ou que, apesar de recentes, tiveram sua origem vinculada aos primeiros programas da área. Mas essa não é uma regra e há diversos casos que demonstram tanto a situação de programas antigos que têm encontrado dificuldades para alcançar as condições de excelência definidas pela área, como também de programas mais recentes, criados nos anos 2000, que avançaram rapidamente nessa direção.

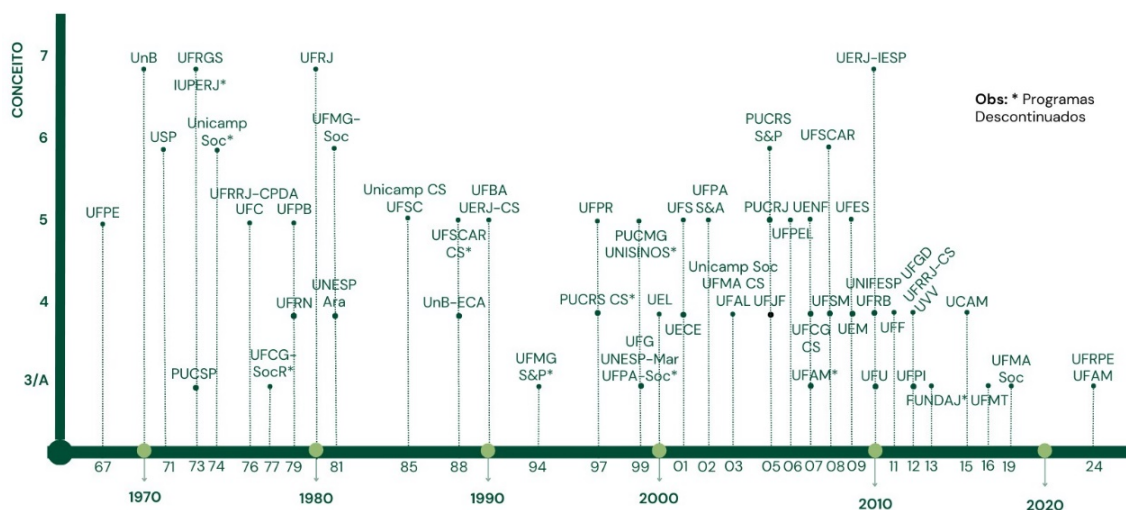


Figura 5 – Ano de criação e conceito atribuído no quadriênio 2017-2020 dos programas da área de Sociologia. ⁵

Em outras palavras, a história importa, mas não é condição suficiente ou indispensável para um bom desempenho. Ademais, como será discutido à frente, o planejamento

⁴ Fonte: Capes. Plataforma Sucupira (2024)

⁵ Fonte: Capes. Plataforma Sucupira (2024).

estratégico e a coerência interna dos programas serão fatores mais relevantes para a avaliação, o que obrigará os programas a projetarem suas ações tendo em vista suas trajetórias. O tempo de atuação de cada programa é uma variável que precisará ser colocada em relevo para justificar suas estratégias, objetivos e metas.

Outros dois indicadores relevantes para compreender a trajetória recente da área referem-se à evolução do número de discentes matriculados (Figura 6) e titulados (Figura 7). Desde 2014 nota-se uma relativa estabilidade no número de discentes matriculados, com uma pequena elevação em 2021 e 2022, o que provavelmente está associado à retenção de estudantes como decorrência dos efeitos da pandemia de Covid-19 (atraso nos períodos de defesa). Por sua vez, um dos fenômenos que tem incitado maior preocupação na área diz respeito à redução do número de discentes titulados desde 2019, o que repercute, por exemplo, no aumento da evasão como decorrência da incapacidade de os discentes manterem-se nos cursos. A estabilização do número de discentes matriculados e a queda das titulações refletiram problemas de ordem econômica (incluindo as condições de financiamento da pós-graduação) e as incertezas políticas que afetaram as expectativas de discentes e egressos com relação a sua atuação profissional. De outro modo, a recuperação dos valores das bolsas parece trazer um alento e, como já pode ser visto na procura pelos processos seletivos, contribui para a retomada da trajetória de crescimento, em sintonia com os objetivos do PNPG.

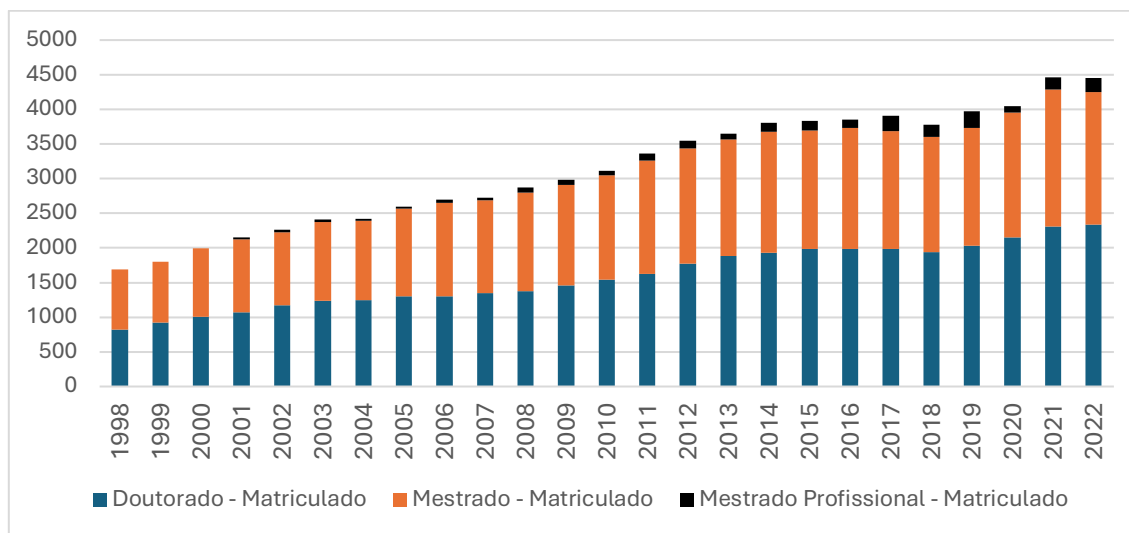


Figura 5 – Número de discentes matriculados em programas da área de Sociologia entre 1998 e 2022. ⁶

⁶ Fonte: Capes. Plataforma Sucupira (2024)

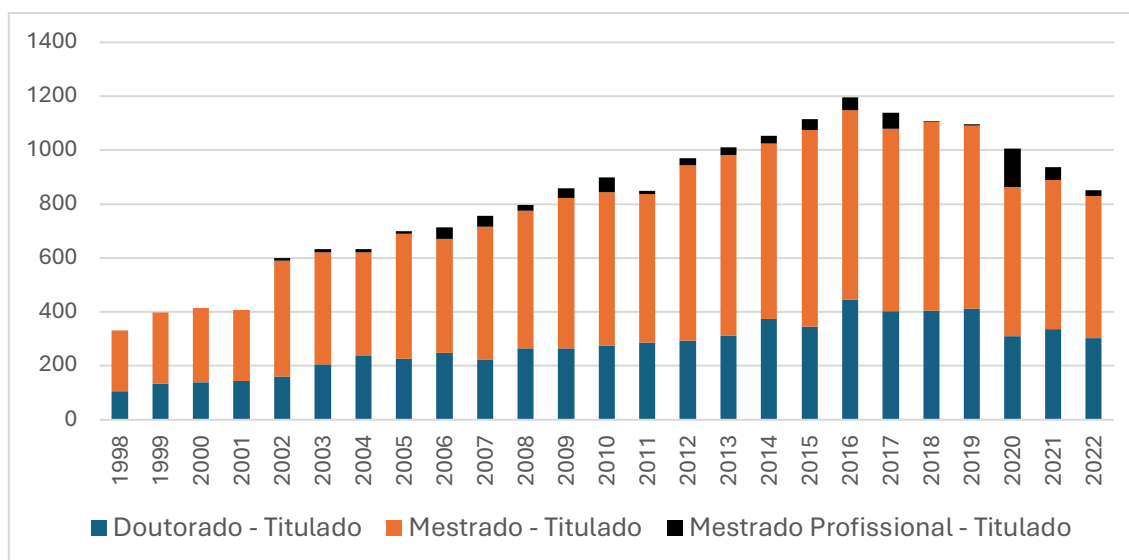


Figura 6 – Número de discentes titulados em programas da área de Sociologia entre 1998 e 2022.⁷

Um dos objetivos principais do PNPG (2024-2028) é a elevação do percentual de mestres e doutores na população brasileira e, associado a isso, a inserção não precarizada em ocupações qualificadas que efetivamente demandem e reconheçam a formação na pós-graduação. Como veremos a seguir, a Área de Sociologia busca responder a isso com uma estratégia que articula o fortalecimento e a ocupação de vagas dos programas já existentes (inclusive com eventual expansão onde for pertinente), o estímulo à criação de cursos em regiões com baixa densidade, e a diferenciação dos perfis de formação para atender a demanda por profissionais com diferentes capacidades em ocupações acadêmicas e não acadêmicas.

⁷ Fonte: Capes. Plataforma Sucupira (2024)

1 ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS PROGRAMAS

1.1 Inovações, transformações e propostas

Como destacado anteriormente, algumas regiões brasileiras ainda carecem da oferta de mestrados e doutorados na Área de Sociologia, de tal modo que, em sintonia com o objetivo de redução das assimetrias regionais, a área ampliará os esforços para que novos programas possam ser criados nessas regiões. O desafio fundamental para alcançar esse objetivo é a garantia de que os novos programas não apenas atenderão aos parâmetros de qualidade exigidos para ingresso no SNPG (conforme instruções do Documento Orientador de APCN), mas também que, com o passar do tempo, eles poderão se consolidar como referências regionais na formação em nível de pós-graduação.

Naquelas regiões onde já existem programas em funcionamento, a criação de novos programas passa, necessariamente, pela originalidade e capacidade inovadora da proposta. O principal parâmetro da área para avaliar a saturação da oferta em uma região não é o número de programas vinculados à área, mas a existência ou não de uma clara distinção entre seus perfis. Neste sentido, é importante inclusive ter em mente que os programas de Sociologia e Ciências Sociais não oferecem o mesmo tipo de formação. Para evitar esse tipo de confusão ainda recorrente, a área será ainda mais enfática, por ocasião dos seus processos avaliativos, na indução da diferenciação entre esses programas.

O caráter inovador da formação e pesquisa já é um elemento determinante da aprovação de novos cursos (cf. Documento Orientador de APCN). Ou seja, as propostas não são recomendadas se apresentam sobreposição com outros cursos em funcionamento na mesma região. Para que isso não se converta em uma situação que simplesmente favoreça quem “chegou primeiro”, essa diferenciação também deve ser um componente principal da avaliação dos cursos já existentes. Deste modo, a área demanda que todos os programas em funcionamento definam seus perfis de atuação.

Nesse processo de definição dos perfis, que seguramente demandará mais de um quadriênio e que, a rigor, nunca se esgotará, não se espera que os programas forjem uma identidade completamente nova. Ao contrário, trata-se de conciliar a autoavaliação daquilo que o programa já faz, sobretudo de maneira coletiva, com uma reflexão sobre seu futuro. Mas é importante que esse trabalho prospectivo abra espaço para inovações porque, como destacado pelo PNPG, o sistema como um todo necessita mudanças para conseguir responder adequadamente às novas demandas que a sociedade tem apresentado para a pós-graduação.

A atração de discentes e a aproximação com o mercado de trabalho são dois desses desafios que precisam ser enfrentados por meio de inovações que podem repercutir em

mudanças nos programas. Note-se, por exemplo, que os cursos de mestrado e doutorado na modalidade profissional permitem um percentual de docentes sem vínculo com instituições de ensino superior ou pesquisa. São profissionais com reconhecida experiência em suas áreas de atuação, que suprem parcialmente a lacuna existente entre a pós-graduação e os setores não acadêmicos. Mas isso também pode ser feito nos programas acadêmicos por meio do estímulo à produção técnica dos docentes e discentes. Para tanto, essas produções serão valorizadas no processo de avaliação.

Atualmente, a questão mais relevante em termos de diferenciação dos perfis de programas diz respeito ao modo como suas ações articulam-se a dinâmicas sociais que se estruturam em escala regional, nacional ou internacional. Essa decisão é facultada aos próprios programas que, portanto, devem prever um momento para discussão e decisão a este respeito nos seus processos de autoavaliação e planejamento. Essa decisão impacta diretamente o modo como um programa é avaliado, de tal maneira que os produtos de destaque de um programa que decidiu ter atuação prioritária em nível regional, por exemplo, devem efetivamente revelar uma atuação destacada nessa escala.

Em março de 2024, em seminário com a presença dos coordenadores de programas, a área adotou as seguintes definições para programas de perfil regional, nacional e internacional:

- São considerados com **perfil regional** aqueles programas que organizam o conjunto das suas atividades formativas com vistas a contribuir prioritariamente para o entendimento e a transformação de dinâmicas, processos e fenômenos sociais específicos à sua região de atuação. Do ponto de vista operacional, o recorte regional refere-se à macrorregião geográfica onde o programa está inserido (Norte, Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste) ou outro recorte regional específico sugerido e justificado pelo programa.
- São considerados com **perfil nacional** aqueles programas que organizam o conjunto das suas atividades formativas com vistas a contribuir prioritariamente para o entendimento e a transformação de dinâmicas, processos e fenômenos sociais que dizem respeito à organização da sociedade nacional. Embora tais dinâmicas, processos e fenômenos possam ter expressões regionais específicas, o foco prioritário da ação desses programas é a produção de conhecimentos que não se restringem à região onde está inserido.
- São considerados com **perfil internacional** aqueles programas que organizam o conjunto das suas atividades formativas com vistas a contribuir prioritariamente para o entendimento e a transformação de dinâmicas, processos e fenômenos sociais que mobilizam os esforços da sociologia e das ciências sociais em diferentes países e continentes, inclusive a própria América Latina.

A definição de um perfil prioritário não significa que todos os/as docentes e discentes devem orientar seus projetos, pesquisas ou publicações apenas para uma escala específica, seja ela regional, nacional ou internacional. A questão é o foco prioritário da

atuação do programa enquanto coletivo. O que se espera é que, por meio de produções destacadas como representativas de um trabalho coletivo, o Programa demonstre que possui atuação condizente com seu perfil.

1.2 Planejamento dos PPGs da área no contexto das IES

O planejamento estratégico deve orientar-se pelos resultados da autoavaliação, pelas orientações gerais da Área de Sociologia para o funcionamento dos programas, pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) ou documento similar de cada universidade, e pelas diretrizes do Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG). Portanto, ainda que os programas tenham autonomia para definir seus perfis, objetivos e metas, a margem de manobra é limitada pelo contexto institucional. Na medida em que, por exemplo, a área estabelece que os programas precisam apresentar objetivos e metas voltados a ampliar o acesso e a permanência de pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas, com deficiência (PcDs), refugiados e/ou trans (transgêneros, transexuais e travestis), tal discussão precisa ser incorporada no planejamento, ainda que o desenho específico dos objetivos e metas caiba a cada programa.

É importante insistir que a avaliação da pós-graduação focaliza a atuação do programa. Com efeito, o planejamento deve se concentrar naquilo que será desenvolvido de maneira coletiva. Além disso, considerando que o programa deve trabalhar com o quadriênio futuro como horizonte temporal de planejamento, não se espera um conjunto excessivo de objetivos e metas. Pelo contrário, a área demanda que os programas apresentem um número restrito de objetivos visando induzir um debate sobre a hierarquização de ações prioritárias – como requer um bom processo de planejamento. A construção de objetivos estratégicos implica em identificar os pontos críticos que merecem maior atenção do programa, para o que pode ser importante considerar os apontamentos feitos pela comissão de avaliação do quadriênio anterior.

Na medida em que existe um lapso relativamente longo entre a autoavaliação, o planejamento e a avaliação quadrienal, durante o qual novas crises econômicas, políticas, climáticas e sanitárias podem surgir, é importante que as incertezas sejam incorporadas como componentes incontornáveis do planejamento e, em função disso, os programas devem projetar futuros abertos e dinâmicos. Ao mesmo tempo, tanto a autoavaliação feita pelos programas quanto a avaliação realizada pela área ao final do quadriênio precisam compreender que os objetivos e as metas não são camisas de força. Para tanto, as avaliações incorporarão a possibilidade de os programas justificarem porque determinados objetivos e metas eventualmente não foram cumpridos.

Também é necessário ter atenção para que a definição do perfil, dos objetivos e das metas não crie obstáculos para a atuação de docentes e discentes que querem desenvolver projetos inovadores, discutir questões emergentes ou arriscar diálogos teóricos ou métodos que nunca foram testados. Os programas podem inclusive abrigar docentes e discentes que eventualmente discutem temas que não são contemplados

pelas linhas de pesquisa e até que destoam do perfil mais geral do programa. Algum grau de liberdade é fundamental para a própria renovação das linhas de pesquisa com o passar do tempo. Porém, se isso ocorre com uma parcela expressiva de docentes e/ou discentes, neste caso é provável que exista problemas na definição da identidade do programa.

A maioria das inovações científicas são incrementais e emergem do esforço colaborativo em grupos, linhas e redes de pesquisa. A questão central não é, portanto, limitar a ação individual dos pesquisadores, mas ampliar e aprimorar o trabalho de produção coletiva. Além de um olhar mais atento da área sobre a questão da coautoria, o principal mecanismo para fazer isso é conferir maior centralidade à produção destacada (amostras) nos processos de avaliação. A conformação das amostras não obriga que as todas as produções de todos os docentes, discentes ou egressos seja incluída na avaliação. Entretanto, as produções que comporão os destaques encaminhados pelo Programa necessariamente terão que demonstrar coerência com seu perfil.

Além da inserção prioritária em nível regional, nacional e internacional, outro aspecto central para o planejamento é a diferenciação entre programas de Sociologia, Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia, e Sociologia e Ciência Política. Para tanto, uma das exigências principais da área é a de que as linhas de pesquisa devem ter caráter temático, de modo a evitar que elas reproduzam divisões disciplinares no interior do mesmo Programa. Nos cursos de Ciências Sociais, Sociologia e Antropologia ou Sociologia e Ciência Política deve haver uma articulação interdisciplinar que, ademais, também se estende para as áreas de concentração (quando existentes), estrutura curricular (sobretudo as disciplinas obrigatórias) e produções, incluindo teses e dissertações. Sendo assim, o que se espera de mestrandos(as) e doutorandos(as) dos programas de Sociologia e Antropologia, por exemplo, não são dissertações ou teses em Sociologia ou em Antropologia, mas teses que estabeleçam o diálogo entre essas disciplinas. Isso também vale para programas de Sociologia e Ciência Política.

Outra dimensão que pode ser considerada com relação à articulação entre o planejamento, o perfil do programa e o perfil dos egressos diz respeito à intenção de construir uma identidade associada a habilidades específicas nos processos formativos. Alguns programas podem, por exemplo, diferenciarem-se pela excelência na formação em teoria social ou sociológica, enquanto outros privilegiam o ensino de determinados métodos de pesquisa, ou ainda na execução de pesquisa aplicada. Seja qual for o foco da formação, essa não é uma exigência da área e o importante é que ele demonstre coerência com a trajetória e a dinâmica interna do programa.

1.3 Autoavaliação como parte da avaliação dos PPGs

Em julho de 2018, a CAPES instituiu um grupo de trabalho com a missão de elaborar uma sistemática de autoavaliação para os programas de pós-graduação (Portaria CAPES nº 148/2018). Este grupo produziu orientações gerais que foram testadas pela primeira vez na avaliação do quadriênio 2017-2020. Por sua vez, no quadriênio seguinte (2021-

2024), quando se esperava avançar de maneira mais expressiva nesse processo, a autoavaliação foi comprometida pela confluência de múltiplas crises que exacerbaram as incertezas e afetaram a capacidade de ação dos programas (redução de recursos e bolsas, ameaças de fechamento de programas, deslegitimação da ciência e da pesquisa, redução dos concursos públicos, pandemia etc.).

De outro modo, a partir do próximo quadriênio (2025-2028), uma vez restabelecida uma mínima estabilidade institucional no SNPG, espera-se que os programas avancem de maneira mais substantiva na autoavaliação. A maior importância conferida não apenas à autoavaliação, mas também ao planejamento estratégico (ver próxima seção), nos processos de avaliação tem como pressuposto a necessidade de reconhecer e ampliar a diversidade de perfis dos programas. A inclusão desses itens visa induzir os programas a definirem com mais precisão suas identidades, as quais, por sua vez, devem estar associadas à sua trajetória histórica, à composição dos corpos docente e discente, bem como ao contexto social no qual o programa se inscreve.

Se o programa não possui um entendimento consolidado acerca de sua identidade, os esforços de autoavaliação terão que ser redobrados. Mesmo assim, a área não pretende proceder a esta mudança de paradigma no curto prazo. Os programas têm trajetórias construídas e estabilizadas – alguns há mais de meio século. Os docentes e grupos possuem seus projetos de pesquisa de longo prazo. As disciplinas foram construídas ao longo de anos de reflexões e ajustes. Os concursos públicos para novos/as docentes geralmente são definidos pelos departamentos a partir de outras lógicas institucionais, menos preocupadas com a identidade da pós-graduação do que em atender a crescente demanda por diversidade (de temas, teorias, metodologias etc.) nos cursos de graduação. Nada disso se altera de maneira repentina. É imprescindível, portanto, um processo gradual de diferenciação, ao longo do qual os programas fortaleçam as identidades que julgarem adequadas para as suas condições institucionais.

As exigências da área referem-se principalmente ao método e aos recursos utilizados no processo. A autoavaliação deve ser incorporada como um trabalho contínuo, envolvendo docentes, discentes, egressos e, eventualmente, parceiros estratégicos do programa e representantes externos da comunidade. Para subsidiar esse processo, é importante que os programas construam bancos de dados, mecanismos de acompanhamento, comissões especiais e/ou outros recursos que julgarem relevantes. Por sua vez, esse processo de autoavaliação deve resultar em relatórios que subsidiem o planejamento estratégico e, para tanto, o acesso deve ser facultado ao conjunto do programa (e quiçá disponibilizados publicamente), preservando o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018).

1.4 Atuação e experiência do corpo docente permanente (DP)

Os cursos de mestrado da Área de Sociologia devem contar com o número mínimo de 10 (dez) docentes permanentes, ao passo que programas com cursos de doutorado

devem ter no mínimo 12 (doze) docentes permanentes. Em ambos os casos o corpo docente permanente deve constituir, pelo menos, 70% do total de docentes credenciados no programa (considerando apenas as categorias de Permanente e Colaborador).

O corpo docente permanente deve estar regularmente envolvido nas atividades de docência, orientação e pesquisa. De outro modo, o corpo docente colaborador deve ter envolvimento esporádico nestas atividades e caracterizar sua atuação como apoio e complemento ao corpo permanente. Os critérios de credenciamento, descredenciamento e classificação nessas categorias devem estar presentes em documentos de acesso público, seja o Regimento Interno do programa ou resoluções específicas. Além disso, alterações significativas na composição do quadro docente devem ser evitadas e, quando acontecerem, estar relacionadas a mudanças estruturais nos programas e justificadas por condições institucionais específicas.

De acordo com a Portaria 81/2016 da CAPES, os docentes permanentes podem atuar em até três programas na condição de docentes permanentes. No entanto, a área recomenda que, para programas em funcionamento, no máximo 25% dos docentes tenham vínculo, na condição de permanente, em mais de dois programas acadêmicos. No caso de programas situados em região com baixa densidade de cursos na área ou quando um dos cursos é de natureza profissional ou em rede, tal percentual pode ser relativizado nos processos de avaliação (ver Ficha de Avaliação e Documento orientador de APCN).

Com relação ao vínculo de trabalho, a Área solicita que, pelo menos, metade dos docentes permanentes possua dedicação integral à instituição (40 horas). No que diz respeito ao regime de trabalho, é esperado que os docentes permanentes dediquem ao menos 10 horas semanais ao Programa. Já a carga horária máxima depende da atuação em outros programas de pós-graduação e na graduação, sendo fundamental a compatibilidade com a carga horária total na instituição. Cabe destacar que é aceitável que até 30% do corpo docente permanente tenha vínculo empregatício com outras instituições, desde que isso não comprometa a atuação nas atividades de docência, orientação e pesquisa. Essa regra não se aplica para propostas de programas interinstitucionais.

No caso de cursos profissionais, no mínimo 80% dos docentes permanentes devem possuir título de doutor e até 20% poderão ser técnicos e profissionais com reconhecida e comprovada competência na área de concentração.

Nos programas de Sociologia, ao menos 60% dos docentes devem ter título de doutor em Sociologia ou Ciências Sociais com atuação comprovada (produção intelectual e docência) em Sociologia.

Nos programas de Ciências Sociais, ao menos 60% do corpo docente permanente deve ter titulação em programas de Ciências Sociais com atuação interdisciplinar comprovada (produção intelectual e docência) em Ciências Sociais; ou titulação em

programas vinculados às áreas de Sociologia, Antropologia ou Ciência Política. Nenhuma das disciplinas de titulação deve corresponder a mais de 50% do total das titulações. Ao menos três (3) docentes permanentes devem ter titulação em Sociologia ou Ciências Sociais com atuação comprovada (produção intelectual e docência) em Sociologia. Ao menos dois (2) docentes permanentes devem ter titulação de doutorado em programas da área de Antropologia ou em Ciências Sociais com atuação comprovada (produção intelectual e docência) em Antropologia. Ao menos dois docentes permanentes devem ter titulação de doutorado em programas da área de Ciência Política ou em Ciências Sociais com atuação comprovada (produção intelectual e docência) em Ciência Política.

Nos programas de Sociologia e Antropologia ou Sociologia e Ciência Política, a titulação doutoral de, pelo menos, 60% do corpo docente permanente deverá estar distribuída entre as duas disciplinas que nomeiam o curso, com produção intelectual e docência correspondente a essas disciplinas. No mínimo três (3) docentes devem ter titulação doutoral, produção e docência comprovadas em Sociologia, e outros três (3) devem ter titulação doutoral, produção e docência comprovadas em Antropologia (para Programas de Sociologia e Antropologia) ou Ciência Política (para Programas de Sociologia e Ciência Política). Docentes com formação doutoral em Sociologia e Antropologia ou em Sociologia e Ciência Política serão igualmente contabilizados dentre os 60% referidos acima e a uma disciplina ou a outra de acordo com as características da produção e docência. Docentes com formação doutoral em Ciências Sociais com título em área específica (Sociologia, Antropologia ou Ciência Política) também serão considerados de acordo com a formação da área específica, desde que essa titulação tenha sido conferida antes de 2024 (atualmente a área não recomenda titulação por área de concentração disciplinar em programas de Ciências Sociais).

1.5 Visão da Área sobre a modalidade de ensino à distância

A Área de Sociologia entende que cursos de mestrado e doutorado ofertados por meio de ensino à distância ainda são uma iniciativa incipiente no Brasil, de tal modo que, nestes casos, são necessários esforços redobrados para o desenvolvimento de metodologias que garantam a qualidade da formação e produção intelectual de alto nível com impacto social.

Em que pese a interação não presencial por intermédio de tecnologias da informação e comunicação já ser uma realidade em várias atividades dos cursos na modalidade presencial, a oferta de cursos na modalidade de ensino à distância requer a comprovação da existência de condições técnicas para assegurar a manutenção da qualidade. Tendo em vista essa preocupação, a Área de Sociologia demanda que a abertura de cursos na modalidade de ensino à distância seja precedida pela existência, na mesma instituição, de curso ofertado na modalidade presencial na Área de Sociologia. Além disso, a justificativa para a oferta na modalidade à distância deve demonstrar que os resultados

esperados não podem ser atingidos por meio dos cursos presenciais ofertados pelos programas existentes.

1.6 Visão da Área sobre a modalidade profissional

Em função da migração do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (ProfSocio) para a nova área de Ciências e Humanidades para a Educação Básica, atualmente a área não conta com cursos de mestrado e doutorado na modalidade profissional.

A criação de cursos na modalidade profissional deve ser considerada por instituições que pretendem dedicar-se exclusivamente à formação de mestres e doutores para atender as demandas específicas de atuação de profissionais da sociologia e das ciências sociais em setores alheios ao ensino e à pesquisa desenvolvidos por instituições de ensino superior. Para tanto, a área exige que o perfil dos docentes, das disciplinas, dos projetos e das produções revele que o curso possui uma identidade que o diferencia claramente de um curso na modalidade acadêmica.

Além disso, é importante considerar que a área incentiva os programas acadêmicos a aprimorarem seus processos formativos visando a capacitação de profissionais para atuação em setores não acadêmicos. Sendo assim, a construção de propostas na modalidade profissional deve considerar que vários programas da modalidade acadêmica já oferecem formação para atuação na educação básica, na gestão pública e na assessoria técnica a organizações do terceiro setor, por exemplo. Em virtude disso, a aprovação de cursos na modalidade profissional também está condicionada à inexistência ou insuficiência de programas acadêmicos que, em uma determinada região, oferecem esse tipo de formação.

1.7 Visão da Área sobre formas associativas

Tendo em vista as assimetrias regionais e as condições desiguais de acesso a recursos e infraestrutura, a área valoriza a participação dos programas em redes e outros formatos associativos. Tais iniciativas são relevantes sobretudo para estruturação de programas emergentes, os quais podem, assim, contar com o apoio e a experiência de programas já consolidados. Não obstante, é fundamental que os mecanismos de associação prevejam uma colaboração de “mão dupla”, de tal modo que os programas emergentes possam ter participação proativa na definição dos processos de formação, nos projetos e nas publicações derivadas da colaboração.

1.8 A interdisciplinaridade na Área

A interdisciplinaridade ganhará mais importância nos processos de avaliação conduzidos pela Área. Além de solicitar que os programas apresentem produtos que

demonstram a articulação dos projetos de pesquisa com pesquisadores oriundos de outras áreas, por exemplo, a Área adotará uma política de avaliação das publicações que não restringe as amostras apenas aos produtos que tratam de temáticas “aderentes à área”. Com isso, pretende-se estimular que docentes e discentes colaborem em projetos com pesquisadores de outras áreas, inclusive na coautoria de publicações que não são estritamente do campo disciplinar da sociologia ou mesmo das ciências sociais e humanas.

Um aspecto fundamental é que os projetos, as produções e, mais amplamente, a lógica da formação dos discentes sejam coerentes com o perfil definido pelo programa. Nesse sentido é importante destacar a singularidade dos Programas de Ciências Sociais, Sociologia e Ciência Política, e Sociologia e Antropologia. Diferentemente do que ocorria no passado, à Área solicita que as áreas de concentração e as linhas de pesquisa desses programas sejam temáticas (e não disciplinares), integrando docentes com titulação e atuação comprovada nas diferentes disciplinas. Além disso, a Área estimula que esses programas adotem uma estrutura curricular na qual as disciplinas obrigatórias inovem no diálogo aberto entre as disciplinas, visando a formação de mestres e doutores cujas dissertações e teses também devem refletir esse diálogo interdisciplinar.

O escopo do diálogo interdisciplinar nos programas da área envolve, principalmente, a Sociologia, a Antropologia e a Ciência Política. No entanto, isso não exclui a possibilidade de que docentes com formação em nível de doutorado obtida em outras áreas também sejam credenciados e atuem inclusive nos programas de Sociologia (ver Documento Orientador de APCN). O desconhecimento dessa situação parece estimular o direcionamento de novas propostas de programas em ciências sociais para a Área Interdisciplinar. Apesar dessa escolha ser uma prerrogativa da instituição proponente, há uma preocupação com os efeitos que a crescente demanda para esta área poderá produzir na organização do SNPG.

Um último aspecto a destacar refere-se à criação de programas que focalizam subáreas específicas da sociologia ou das ciências sociais, como é o caso dos programas de Sociologia Política (UCAM, UVV, UENF) e dos programas de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade (UFRRJ) e Estudos Comparados sobre as Américas (UnB). Na medida em que existe um esforço da Área para que os programas identifiquem de maneira mais precisa seus perfis ou identidades, programas deste tipo, focalizando outras subáreas ou temáticas, são opções a serem consideradas.

1.9 Processos híbridos de ensino e aprendizagem (PHEA)

A área demanda que os programas na Modalidade Presencial normatizem o uso de processos híbridos de ensino e aprendizagem (PHEA) no Regimento Interno (ou documento similar aprovado pela Instituição) e expliquem os objetivos e usos desses processos no seu planejamento estratégico.

Diferentemente de uma modalidade de oferta (Presencial ou EaD), os PHEA referem-se a métodos e abordagens pedagógicas que devem estar em sintonia com a proposta curricular da Modalidade Presencial. Conforme parecer do CNE n. 14/2022, “o conceito básico de hibridismo que se busca propõe a transformação do ensino presencial, considerando que a tecnologia pode potencializar e ajudar a organizar as competências, além de oferecer oportunidade para um papel ativo do estudante na utilização de recursos digitais e a ambos, professor e alunos, novas possibilidades de organizar modos de pensar e agir em outros espaços institucionais para além da sala de aula.” Essa abordagem educacional envolve, portanto, o desenho de estratégias de ensino-aprendizagem com atividades em diferentes tempos e espaços, geralmente sustentadas pelo uso de tecnologias digitais. O processo híbrido inclui metodologias que possibilitem a organização de práticas pedagógicas flexíveis e inovadoras que traduzam, temporal e espacialmente, percursos curriculares diferenciados (ou seja, que não reproduzem os percursos para o ensino exclusivamente presencial).

Nos programas na Modalidade Presencial, o percurso formativo dos mestrandos e doutorandos deve obrigatoriamente privilegiar a presença física de discentes e docentes no espaço universitário. No caso específico das atividades letivas, a oferta de disciplinas com aulas remotas síncronas deve ser de natureza complementar e expressar uma estratégia coletiva de formação (jamais a escolha individual de um docente ou discente). A participação remota de docentes e discentes deve ser limitada a situações que justifiquem a excepcionalidade, à exemplo de disciplinas em rede envolvendo docentes de mais de um programa – mesmo assim, com a presença física dos discentes em cada programa da rede. A residência permanente do docente ou discente em localidade diferente da sede do programa, ou a concomitância da disciplina com outras atividades de natureza profissional não são justificativas plausíveis para oferta ou acompanhamento remoto síncrono de uma disciplina em programas na Modalidade Presencial. A oferta de disciplinas remotas assíncronas não é permitida.

2 FORMAÇÃO E PRODUÇÃO INTELECTUAL

2.1 Perspectivas da Área sobre a formação e perfil de egressos

Historicamente, a avaliação dos programas de pós-graduação esteve centrada na produção dos docentes. Este é, de fato, um indicador importante para mensurar a qualificação dos profissionais que atuam nas atividades de formação e pesquisa. No entanto, ele tem se mostrado cada vez mais insuficiente, sobretudo quando o objetivo é avaliar o programa pelo seu conjunto e com foco nos processos de formação, que é a principal atribuição da CAPES.

Em função disso, nos últimos quadriênios produziu-se um entendimento de que a avaliação precisa incorporar um olhar mais atento para os principais resultados dos processos formativos, ou seja, para os/as egressos/as. Tal entendimento possui diversas implicações, a começar pela construção dos mecanismos de acompanhamento dos/as egressos/as. Além de identificar o destino e a atuação, esses mecanismos precisam captar como ele vincula-se à formação ofertada. Ou seja, não se trata apenas de demonstrar que os egressos ocupam posições profissionais de destaque, mas como a formação que eles receberam no programa contribuiu nesse sentido.

A definição do perfil do programa (vide supra) deve estar intimamente associada àquilo que ele pretende para a atuação dos seus egressos. A área não espera que cada programa ofereça toda a variedade possível de percursos formativos para atender aos mais variados perfis de egressos. Isso resultaria em uma dispersão de esforços que, provavelmente, não responderia à necessidade de formação qualificada de alto nível. Portanto, tanto na avaliação de entrada (APCN) quanto de permanência (quadrienal), espera-se que, ao invés de descrições genéricas dos perfis esperados para os egressos, os programas apresentem uma definição mais precisa dos setores prioritários para os quais pretende formar seus egressos: educação superior; pesquisa; educação básica; gestão pública (executivo, legislativo e judiciário); organizações sociais; setor privado; produção cultural.

A diferenciação dos perfis dos egressos é uma imposição das próprias transformações no mundo do trabalho. A política de expansão das universidades e institutos federais ao longo da primeira década deste século possibilitou a inserção acadêmica da maioria dos egressos dos programas da área. Nos últimos anos, contudo, a redução dos investimentos na ampliação das universidades públicas e centros de pesquisa, conciliada com a expansão do ensino superior à distância, implicou em dificuldades de absorção de doutores, muitos dos quais foram forçados a assumir trabalhos precarizados ou não condizentes com suas qualificações. Apesar da retomada dos investimentos em ciência e tecnologia, incluindo a criação ou expansão de universidades e institutos federais, existe um entendimento na área de que a formação dos egressos deve projetar

atuações mais diversificadas. No Brasil, o setor privado não acadêmico ainda não é um destino relevante para os mestres e doutores.

Com vistas a diversificar a atuação, muitas áreas têm investido na criação de programas na modalidade profissional. Na Área de Sociologia, a diferenciação entre os perfis acadêmico e profissional não é algo tão evidente, haja vista que muitos programas acadêmicos já possuem como objetivo a formação de egressos para atuação em setores não acadêmicos. Sendo assim, os próprios programas acadêmicos podem, se isso for condizente com seus perfis, incorporar de maneira mais efetiva essa preocupação, desde que isso se articula de maneira coerente com os processos formativos, a estrutura curricular dos cursos, os processos de seleção para ingresso, os métodos de avaliação discente e o próprio formato dos trabalhos de conclusão.

Essa preocupação com a coerência entre a formação e a atuação dos egressos não se restringe àqueles programas que pretendem ampliar ou fortalecer as trajetórias formativas visando perfis não acadêmicos de formação profissional. Todos os programas precisam incluir na autoavaliação e no planejamento estratégico uma reflexão sobre os percursos formativos dos seus discentes. Cabe notar que o PNPG sublinha o “desafio de reorientar a avaliação da pós-graduação para a qualidade do percurso formativo de mestres e doutores, dando centralidade ao aluno e aos processos de aquisição de conhecimentos, habilidades e atitudes (soft skills) que possibilitem ao sistema gerar pessoas inovadoras e capazes de contribuir efetivamente para os grandes desafios da sociedade”. A pergunta que orienta essa reflexão é se a estrutura curricular, os métodos de ensino e avaliação, a estrutura das bancas e o formato das teses e dissertações, por exemplo, refletem a missão e os objetivos do programa.

No que tange às disciplinas, a área tem presenciado um importante esforço de renovação das discussões sobre teoria sociológica e social. Esse esforço envolve, por exemplo, a incorporação de vozes negras e femininas nas ementas dos cursos. Ele é importante, dentre outras coisas, porque demonstra que não existe uma única teoria sociológica ou social que possa ser replicada em qualquer contexto. Mesmo assim, as ementas das disciplinas obrigatórias de teoria e metodologia ainda são muito ancoradas na trajetória do/a docente, o que não significa que elas são coerentes com a proposta e os objetivos do programa.

Considerando a diferenciação do perfil dos programas (vide supra), espera-se que programas com perfil regional ofereçam disciplinas em que as questões regionais apareçam de maneira relevante. Do mesmo modo, um programa com perfil nacional precisa incluir uma boa dose de sociologia brasileira e/ou de pensamento social brasileiro. Já um programa internacional deve dialogar com a sociologia/ciência social produzida em outros países, o que depende, por sua vez, da estratégia de internacionalização do programa. No longo prazo, espera-se que a oferta desse tipo de formação seja coerente com o destino e a atuação em âmbito regional, nacional e internacional dos egressos desses programas.

As linhas de pesquisa também fazem parte dessa reflexão sobre os processos formativos. Elas devem ser elementos estruturantes dos programas, refletindo a composição do corpo docente, os projetos implementados, as disciplinas ofertadas e as teses e dissertações defendidas. Com vistas a garantir essa coerência, há algum tempo a área tem alertado para os riscos da proliferação exagerada de linhas, o que frequentemente ocorre quando elas abarcam temáticas muito específicas. Em função disso, não é raro as linhas se depararem com dificuldades para atrair docentes e discentes, e, por consequência, tornarem-se pontos frágeis para a avaliação dos programas (em virtude, por exemplo, da falta de produção vinculada). O programa precisa ponderar sobre o equilíbrio dinâmico das linhas. Por um lado, não é adequado alterar frequentemente a composição das linhas. Por outro, elas também não podem se converter em cláusulas pétreas. As linhas precisam acompanhar de maneira coerente a evolução do programa.

2.2 Perspectivas na avaliação da produção intelectual

A produção em periódicos e/ou livros foi, historicamente, o principal critério de avaliação da pós-graduação, não apenas na Sociologia, mas na grande maioria das áreas de avaliação. Embora isso tenha contribuído para a disseminação dos conhecimentos produzidos nos programas e para a consolidação de importantes periódicos brasileiros, também gerou distorções e, no período mais recente, começou a estimular práticas editoriais que não estão em conformidade com os princípios básicos da ética na ciência. Por conseguinte, o CTC-ES tem solicitado que as áreas confiram mais atenção para outros indicadores relativos à qualidade e ao impacto social das produções, bem como sua coerência com o perfil do programa.

Neste sentido, uma das medidas acordadas com os programas da Área de Sociologia é a exclusão da Produção Total nos processos de avaliação. Doravante serão privilegiados os destaques de produção intelectual. As amostras serão avaliadas segundo critérios que dizem respeito não apenas à repercussão que as publicações possuem no meio acadêmico em termos da recorrência de citações, mas também à coerência delas com o perfil do programa. Além disso, a composição das amostras visa estimular que docentes e discentes concentrem seus esforços na elaboração de produtos bibliográficos e técnicos com alta qualidade e impacto social.

Especificamente no que tange à produção em periódicos, a área considera importante a autonomia para definição dos parâmetros avaliativos. Nesse sentido, considerando que não trabalhará com avaliação da Produção Total, a Área de Sociologia pretende estabelecer novos parâmetros quantitativos e qualitativos para avaliação de artigos destacados. O aprimoramento desses parâmetros será gradual, de maneira que o Índice h5 dos periódicos continuará sendo o principal indicador bibliométrico no próximo quadriênio (2025-2028). No futuro, com o aprimoramento dos métodos e das tecnologias, espera-se que a avaliação qualitativa assuma maior importância relativa.

Na medida em que a produção bibliográfica era um parâmetro fundamental na avaliação, uma discussão sempre presente na área é o peso relativo da produção de artigos e livros. Muitos pesquisadores reivindicam que ambos deveriam ter pesos similares, de maneira a valorizar a extensa produção de livros e capítulos nas ciências sociais e humanas. No entanto, além das condições desfavoráveis para avaliação da totalidade da produção em livros, também houve uma expansão de editoras ofertando condições facilitadas para publicação desse tipo de produto sem a garantia da qualidade. Seja como for, a migração para um modelo amostral permitirá reequacionar o peso desses produtos na avaliação e, ao mesmo tempo, desincentivar as práticas editoriais inadequadas.

Em consonância com um movimento global que tem questionado a expansão desenfreada de práticas autorais e editoriais inadequadas aos princípios éticos da ciência, a Área de Sociologia fará esforços para desenvolver mecanismos que, por meios dos processos de avaliação dos programas, desincentivem a publicação em periódicos e editoras que não seguem boas práticas editoriais. Essa medida é fundamental para assegurar que a pós-graduação na Área de Sociologia manterá seu reconhecimento e sua credibilidade perante a comunidade científica e a população brasileira.

2.3 Perspectivas da Área quanto às mudanças impostas pelo movimento de Ciência Aberta

Outra agenda global que tem ganhado adeptos está associada à democratização do fazer científico e do acesso ao conhecimento. Uma das direções dessa agenda envolve as discussões do movimento Ciência Aberta, que está subsidiando, dentre outras coisas, a elaboração de acordos transformativos para ampliar a capacidade dos pesquisadores publicarem os resultados de suas pesquisas. No entanto, em um mercado editorial controlado por um número muito pequeno de editoras, e sobretudo após a explosão dos chamados megajournals, tais acordos são obstaculizados por taxas de acesso, submissão e publicação abusivas, que drenam recursos públicos que poderiam ser investidos em pesquisa e na melhoria dos periódicos científicos nacionais.

Nas ciências sociais e humanas, iniciativas como aquela empreendida pelo Scielo já suprem parte dessa demanda e podem ser expandidas com o suporte desses recursos. Em virtude do caráter contextual de muitas pesquisas sociais, para a sociologia e outras áreas de ciências sociais e humanas é fundamental que a política de publicações não apenas amplie o acesso àquilo que é produzido alhures, mas também fortaleça os periódicos nacionais, inclusive na perspectiva de internacionalização de sua circulação. A maioria desses periódicos conta apenas com o trabalho voluntário dos seus editores e com escassos recursos financeiros para os processos de editoração. Assim, para além da ampliação do apoio por parte das organizações de fomento, a área acredita ser fundamental encontrar mecanismos para, nos processos de avaliação da pós-graduação, valorizar o trabalho editorial.

Ademais, estamos cientes que o esforço para limitar o efeito predatório de publicações de baixa qualidade se esvai se não tivermos capacidade de melhorar as práticas editoriais das revistas e editoras de referência da área. Práticas como a publicação em fluxo contínuo e o estímulo aos pré-prints têm contribuído para reduzir o tempo entre a submissão e a publicação dos artigos, algo que é um problema para a maioria dos periódicos das ciências humanas. A criação e o uso de repositórios públicos e/ou gratuitos para acelerar a divulgação dos conhecimentos também é uma prática que vem conquistando espaço e deve gradativamente ser incorporada na avaliação.

No caso da produção de livros, a situação das editoras universitárias não é menos preocupante. A escassez de recursos e as amarras institucionais às quais muitas estão submetidas limita a capacidade de elas concorrerem com editoras comerciais que oferecem todo tipo de facilidades aos autores mediante o pagamento de elevadas taxas de processamento editorial. Em virtude sobretudo do tempo de publicação, até mesmo autores de livros com reconhecida qualidade têm sucumbido à pressão de editoras que não seguem boas práticas editoriais e, em virtude disso, veem suas produções mesclarem-se a outras que sequer passaram pelo crivo de revisores e comitês editoriais. O fato é que a urgência de muitos problemas contemporâneos demanda novas práticas editoriais e de avaliação. Em virtude disso, no futuro a Área poderá ter um olhar mais focado no impacto acadêmico e social da produção do que nas métricas que classificam seu meio de divulgação.

Na medida em que o movimento de ciência aberta abarca ações do fazer científico que vão além da circulação do conhecimento científico multilíngue, disponível abertamente, acessível e reutilizável por todos, a área também sugere práticas tais como o compartilhamento de infraestruturas pesquisa, formação e comunicação científica, bem como a organização de atividades formativas voltadas à difusão dos princípios da ciência aberta.

3 IMPACTO

3.1 Perspectivas de impacto dos PPGs da Área na sociedade

A avaliação do impacto social dos programas já estava incorporada pela Área de Sociologia nos seus processos de avaliação, mas de uma forma ainda tímida em relação àquilo que se projeta para o próximo quadriênio. Note-se, por exemplo, que um dos indicadores principais de impacto social nas avaliações quadrienais de 2017-2020 e 2021-2024 era a produção docente destacada em periódicos, o que era coerente com a centralidade que este tipo de produto historicamente teve na avaliação (ver supra), mas vai de encontro às mudanças mais recentes no modelo. Assim, a recalibragem dos parâmetros visa conferir maior relevância a casos e produtos que expressam de forma mais adequada a disseminação e o compartilhamento de conhecimentos com organizações não acadêmicas.

A área demandará que os programas apresentem, por ocasião dos processos de avaliação, “casos de impacto”, definidos como um conjunto articulado de ações do Programa que demonstre evidentes efeitos externos para a sociedade, sejam eles de natureza econômica, social, política, ambiental, cultural, tecnológica, de saúde e bem-estar ou de ensino e aprendizagem. Esses casos podem estar relacionados a vários tipos diferentes de produtos.

Em relação aos produtos que ganharão maior relevância, um primeiro conjunto está associado ao conhecimento aplicado para formulação e implementação de políticas públicas, gestão pública e não-governamental, e atuação de organizações sociais e instituições multilaterais. Esse conhecimento geralmente circula por meio de produtos técnicos, cuja avaliação geralmente não pode ser feita com o uso dos indicadores cientométricos mais tradicionais. Sendo assim, além da coerência com o perfil, os objetivos e as linhas de pesquisa do programa, esses produtos são avaliados qualitativamente por meio de evidências que comprovem seus impactos econômicos, sociais e culturais, bem como pela sua contribuição para parcerias de longo prazo com organizações não acadêmicas.

Outro tipo de produto que também ganha maior importância nas discussões da Área são aqueles vinculados à extensão universitária. O objetivo é estimular e valorizar atividades que conectam pesquisa e produção acadêmica com formatos inovadores de coprodução de conhecimentos com atores não acadêmicos. Similarmente à produção técnica, espera-se que essas atividades mobilizem os programas, articulando docentes e discentes, para o que a avaliação incorpora amostras de projetos, programas ou ações de extensão. É importante destacar que, na medida em que o foco da avaliação recai sobre o programa, nada impede que o maior protagonismo na construção e implementação dessas e outras atividades seja dos discente e egressos.

Finalmente, cabe notar que uma parcela significativa do impacto social da pós-graduação tem a ver com a formação de alto nível. Na medida em que a educação formal ainda é um dos principais meios de mobilidade social, a Área de Sociologia pretende avaliar em que medida a composição do corpo discente demonstra a capacidade dos programas de incluir pessoas oriundas de grupos sociais vulnerabilizados. O objetivo é compreender se e como o acesso à pós-graduação contribui diretamente para a redução das desigualdades sociais e a promoção de maior diversidade, bem como a articulação disso com ações afirmativas voltadas ao ingresso e à permanência dos discentes.

3.2 Perspectivas dos processos de inserção e ampliação da visibilidade dos programas

Fortalecer as práticas de divulgação científica e popularização da ciência é uma preocupação generalizada das organizações de fomento, já tendo sido incorporadas como exigências obrigatórias em editais de apoio à pesquisa. O objetivo é estimular inovações que contribuam para superar o atual hiato entre a produção de conhecimentos científicos e seu uso fora do meio acadêmico, o que implica em ações para ampliar a visibilidade dos programas.

A Área de Sociologia ratifica esse objetivo e, em virtude disso, incorpora em seus processos de avaliação parâmetros para estimular os programas a caminhar nessa direção. Não obstante, ciente de que o desenvolvimento dessas práticas requer recursos e habilidades específicos, que não são igualmente distribuídos entre todos os programas, a área solicita que cada programa apresente um projeto de divulgação científica, o qual deve discriminar e justificar os meios empregados para a popularização do conhecimento produzido pelo programa.

As ações executadas e/ou projetadas pelo programa devem ser coerentes com seu perfil, missão e objetivos. Deste modo, em sintonia com a perspectiva de uma avaliação de produtos destacados (amostras), o que se espera é que, por exemplo, programas com perfil internacional demonstrem capacidade de incidir em debates que não se restringem ao contexto brasileiro, programas com perfil regional revelem competência para comunicar-se com a população regional e, por sua vez, programas nacionais tenham incidência nacional.

Novamente, é importante frisar que não se trata de limitar os processos de divulgação e popularização da ciência a determinado contexto geográfico. Os resultados de boas pesquisas regionais seguramente podem ser de interesse nacional e internacional e, se este for o caso, também é importante para a ciência brasileira que eles alcancem um público mais amplo em outras regiões e países. A questão, todavia, diz respeito especificamente às exigências mínimas estabelecidas pela área nos seus processos de avaliação, em sintonia com uma política de diferenciação entre os programas.

3.3 Medidas de indução da interação com a educação básica

A formação de docentes para a educação básica é um dos objetivos perseguidos por vários programas da Área. No entanto, tal objetivo nem sempre se reflete adequadamente na estruturação das atividades formativas curriculares e extracurriculares. Uma das poucas atividades relacionadas à licenciatura com caráter generalizado, o estágio docência, não tem como foco a educação básica, mas o ensino superior. Neste sentido, espera-se que especialmente os programas que definirem a atuação na educação básica como uma das escolhas prioritárias em termos de perfil desejado para os egressos, efetivamente incorporem tal preocupação nos seus processos formativos.

A área também estimula que docentes e discentes estejam engajados em ações institucionalizadas das IES com foco na formação de professores para educação básica (PIBID, Residências Pedagógicas, PET etc.), na elaboração de material didático para educação básica; na organização e oferta de cursos de capacitação, formação profissional ou extensão com foco prioritário na educação básica; na formação e na seleção de discentes da educação básica para ingresso na educação superior (elaboração de questões para vestibulares, composição de bancas de seleção, comissões de aferição de critérios socioeconômicos etc.); em comissões de avaliação do MEC para cursos da educação básica; ou ainda em conselhos públicos de educação.

4 CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXCELÊNCIA NA ÁREA

Historicamente, a definição dos programas de excelência da Área de Sociologia (conceitos 6 e 7) privilegiou parâmetros relacionados à produção docente e internacionalização. No entanto, assim como vem ocorrendo com todo o processo de avaliação, e em sintonia com os Parâmetros Comuns de Avaliação definidos pela CAPES, a partir do próximo quadriênio (2025-2028) a área pretende ampliar e diversificar os critérios para definição de excelência.

Como destaca o Relatório do Grupo de Trabalho sobre Excelência criado pela CAPES, designado pela Portaria n. 63, de 28 de fevereiro de 2024, ao invés de um fim a ser alcançado, a excelência deve ser compreendida como um hábito e um processo recorrente e infindável de superação. O foco deve ser, portanto, as práticas e os processos que os programas desenvolvem com vistas a melhorar continuamente suas performances. Tais práticas e processos podem ser encontrados em todos os programas, inclusive naqueles que não são formalmente classificados como Programas de Excelência (notas 6 e 7). O que distingue esses programas, todavia, é a recorrência e a regularidade de um conjunto relativamente amplo de práticas e processos de excelência.

Neste sentido, a excelência não se refere a ações esporádicas ou pontuais, que se expressam em um ou outro projeto, produto ou impacto. A excelência precisa estar incorporada nas rotinas coletivas e reproduzir-se de maneira sustentada ao longo do tempo. Ao invés de uma fotografia momentânea de alta produtividade em um conjunto limitado de itens, a excelência requer uma avaliação sistêmica da consistente evolução do programa em múltiplas dimensões. Como destaca o texto do relatório, “na prática isso implica em evitar avaliações que aferem ou retiram o conceito de excelência a programas que tiveram pequenas variações em um ou outro indicador específico de produtividade.”.

No mesmo sentido, o relatório sublinha que a excelência dos programas incorpora, mas não se restringe à excelência acadêmica dos pesquisadores. Do ponto de vista da avaliação de programas, as práticas e os processos que denotam excelência não podem, portanto, estar concentradas em um número restrito de docentes, linhas ou grupos de pesquisa. A excelência deve demonstrar um esforço coletivo, inclusive com o protagonismo dos discentes, e repercutir na atuação dos egressos.

Além disso, esse esforço deve ir ao encontro dos objetivos mais gerais da pós-graduação e da ciência brasileira. Em consonância com as diretrizes do PNPG, os programas de excelência devem ser protagonistas de inovações que permitam às IES avançar, por exemplo, na ampliação da diversidade e inclusividade na pós-graduação, na redução de assimetrias e desigualdades, no cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na melhoria das condições de acesso, permanência e conclusão dos discentes. Evidências de contribuição relevante,

comparativamente a outros programas da área, para a formação de mestres e doutores e para a melhoria da interação com o mundo do trabalho também são objetivos centrais do PNPG para os quais os programas de excelência precisam contribuir.

A área também espera que esses programas liderem e estimulem a adoção pelo conjunto da área das chamadas “boas práticas” de pesquisa, o que inclui a formação de projetos e redes interdisciplinares; a adoção de diretrizes éticas sobre práticas acadêmicas tais como orientações e coautorias; a criação de mecanismos para coibir qualquer forma de assédio no ambiente acadêmico; o desestímulo a publicações em periódicos ou editoras que não adotam práticas editoriais éticas, dentre outras.

No que diz respeito a exigências normativas da Área de Sociologia, o entendimento consensuado com os coordenadores de programas, em seminário realizado em março de 2024, sugere que os programas de excelência devem atender os parâmetros mínimos deste Documento de Área com relação à adequação das titulações, áreas de concentração, linhas de pesquisa, modalidade do curso (Presencial ou EaD); ao número, percentual mínimo de docentes permanentes e quantidade de programas aos quais estão vinculados; e à titulação do núcleo docente permanente adequada à proposta do Programa.

A excelência dos programas também requer capacidade de liderança, nucleação, solidariedade e visibilidade. Essas práticas demonstram o comprometimento com o fortalecimento da área e, mais amplamente, o SNPG. A atuação destacada de docentes, discentes e egressos em associações e organizações científicas, a capacidade do programa de liderar projetos em parceria com outros programas (inclusive de outras áreas), a colaboração direta com programas recém estabelecidos (com ou sem acordos formais de cooperação) e a atuação destacada na divulgação científica e na popularização da ciência são algumas das ações aguardadas dos programas de excelência.

Na medida em que a Área de Sociologia estimula um processo de diferenciação de perfis dos programas, ela também reconhece a possibilidade de programas de excelência com perfil regional ou nacional. Para tanto, cabe notar que, até agora, a internacionalização tem sido um dos fatores essenciais para a distinção da excelência na pós-graduação. A expectativa da área é que essa dimensão permaneça sendo um critério relevante, inclusive para programas com perfil predominantemente regional ou nacional. No entanto, uma distinção mais precisa será introduzida para diferenciar programas com nota 6 ou 7.

Além de todas as dimensões acima referidas, os programas 6 devem demonstrar a existência de iniciativas (que podem ser recentes) que denotem um esforço consistente de internacionalização. Essas iniciativas incluem, por exemplo, a publicação de produtos bibliográficos e técnicos no exterior ou em língua estrangeira (independentemente do país ou língua); parcerias e colaborações com pesquisadores, grupos, universidades e centros

de pesquisa de outros países; diferentes formas de atuação de docentes e discentes em centros de pesquisa no exterior (missões, estágios, bancas, palestras etc.).

Por sua vez, os programas 7 precisam demonstrar que essas iniciativas estão claramente inseridas em uma estratégia de internacionalização coerente com o perfil, os objetivos e as metas do programa. Trata-se, portanto, de uma avaliação de natureza qualitativa sobre a articulação entre diferentes ações de internacionalização. À título de exemplo, não se trata apenas do número de artigos publicados no exterior, da quantidade de estudantes enviados para estágio doutoral ou com teses defendidas em cotutela, ou do percentual de docentes com projetos em parceria com pesquisadores e organizações de outros países, por exemplo, mas da integração dessas e outras ações com um projeto de internacionalização que reflete a existência de parcerias consolidadas e de mais longo prazo.

5 EQUIDADE, REDUÇÃO DE ASSIMETRIAS E DIVERSIDADE

5.1 Perspectivas de redução de assimetrias regionais e intrarregionais

A Área de Sociologia adota uma política de estímulo à redução de assimetrias regionais para cursos acadêmicos presenciais, o que implica em critérios diferenciados para avaliação de propostas de novos cursos oriundas de regiões com baixa densidade de programas na área. A política abarca um conjunto específico de parâmetros que dizem respeito ao número de orientações por docente permanente, ao número máximo de vínculos que um docente permanente pode ter com outros programas nessa mesma condição (respeitada a normativa geral da CAPES), e à produtividade média dos docentes permanentes, à experiência prévia didática e científica dos docentes. Tais parâmetros estão detalhados no Documento Orientador de APCN.

Cabe destacar que a Área de Sociologia não prevê excepcionalidades com relação ao número mínimo de docentes permanentes requeridos para a abertura e o funcionamento dos cursos de mestrado (10 docentes) e doutorado (12 docentes), independentemente da localização do programa. Tendo em vista que, diferentemente de outras áreas, a Área de Sociologia não requer exclusividade no vínculo de qualquer percentual dos docentes permanentes, esses números mínimos visam assegurar as condições básicas para o adequado funcionamento dos programas em face das exigências de avaliação. Ademais, o corpo docente permanente pode, conforme especificado acima, ser composto por um percentual de docentes sem formação doutoral na área.

Com relação às assimetrias intrarregionais, a área vem tratando o tema por meio de uma reformulação dos processos de avaliação que tem como pressuposto o ajuste dos parâmetros aos diferentes perfis definidos pelos próprios programas. A introdução de critérios avaliativos que respeitem a heterogeneidade e valorizem a diversidade de perfis permitirá a Área definir estratégias mais robustas para a criação e a consolidação de programas tendo em vista suas capacidades, aptidões e contextos institucionais.

5.2 Visão da área sobre mecanismos de solidariedade (incluindo PCI)

A solidariedade em termos de cooperação entre programas é especialmente esperada dos programas de excelência, os quais podem construir um amplo conjunto de ações com vistas a contribuir para o fortalecimento e a consolidação de outros programas da área. Essas ações abarcam os Projetos de Cooperação entre Instituições para Qualificação de Profissionais de Nível Superior (PCI), mas não estão restritas a eles.

Mecanismos menos formalizados tais como disciplinas conjuntas, eventos em parceria, projetos de pesquisa e publicações coletivas também podem contribuir nesse sentido.

5.3 Visão da área quanto às políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

Muitos programas já adotaram ações afirmativas nos cursos de mestrado e doutorado. Além de incentivar essas ações por meio dos seus processos de avaliação, a área também demanda que os programas apresentem suas políticas de ações afirmativas nos processos de seleção e na distribuição de bolsas, sejam elas específicas do programa ou da instituição de ensino. Para tanto, tendo em vista as diretrizes do PNPG e do PDI de cada IES, o planejamento estratégico do programa deve incorporar objetivos e metas voltados a ampliar o acesso e a permanência de pessoas negras (pretas e pardas), quilombolas, indígenas, com deficiência (PcDs), refugiados e/ou trans (transgêneros, transexuais e travestis).

A Área também sugere a adoção de políticas de redução de assimetrias geracionais e, principalmente, de gênero, a exemplo de critérios específicos de credenciamento para as docentes mães, incluindo situações de adoção. Para tanto, nos seus processos avaliativos a área definiu parâmetros específicos para avaliação da produção de docentes e discentes que se tornaram genitoras/es ou adotantes, incluindo as situações de monoparentalidade e de casais homoafetivos. Dentre esses parâmetros, que também se aplicam para a dimensão étnico-racial, estão critérios de avaliação que beneficiam programas cujos produtos destacados (amostras) incorporam a autoria/participação de mulheres e de pessoas pretas e pardas pelo menos na mesma proporção da conformação dos corpos docente e discente (ver Ficha de Avaliação).

Outra dimensão incorporada pelas avaliações da Área refere-se às condições de acessibilidade à estrutura física dos programas. Inicialmente, como medida transitória de adaptação, as exigências são relativas à identificação de eventuais problemas e apresentação de plano institucional para saná-los. No futuro, a Área será mais rigorosa na avaliação do cumprimento daquilo que configura exigência legal em termos de acessibilidade.

Finalmente, cabe notar que o Comitê Permanente de Ações Estratégicas e Políticas para a Equidade de Gênero com suas Interseccionalidades, no âmbito da CAPES (Portaria Capes 215, de 10 de julho de 2024), orientou procedimentos e ações para aprimorar o processo de inclusão de pessoas diversas que devem ser guias para as Instituições, Programas de Pós-Graduação e Coordenações de Área. Parte das orientações do Comitê complementam os procedimentos de avaliação, e quando pertinentes, serão incorporados nos indicadores dos Itens 1.3, 2.3, 2.4, e do Quesito 3 da Ficha de Avaliação. São procedimentos e ações que visam promover a equidade, diversidade e inclusão, políticas de apoio à maternidade e a valorização do cuidado, políticas de enfrentamento

ao assédio e violência de gênero contra mulheres e suas interseções e todo tipo de discriminação.

6 ALTERAÇÕES DOS PROGRAMAS

6.1 Visão da área sobre fusão, desmembramento e migração

Desmembramento, fusão e migração são procedimentos que ocorrem em circunstâncias específicas e cuja aprovação demanda a comprovação de que a mudança implicará na melhoria da qualidade em relação à situação originária.

O desmembramento de programas é relevante quando os temas de pesquisa de um determinado grupo de pesquisadores se autonomizam da área de concentração do programa original, o que exige uma estruturação curricular específica. Em alguns casos, isso pode ser obtido por meio da criação de uma nova área de concentração (desde que não seja uma divisão disciplinar das áreas). Apenas em casos extremos, quando isso não é possível, cabe avaliar a necessidade de criação de um novo programa. No entanto, essa opção apenas é possível se o desmembramento não comprometer o programa originário em termos de corpo docente, estrutura física e produção intelectual.

A fusão de programas da mesma instituição ou sediados em instituições diferentes é estimulada em situações nas quais existe convergência na pesquisa e na formação oferecida, o que permite a otimização de recursos humanos e da infraestrutura disponíveis.

A migração de programas de uma instituição para outra obedece aos mesmos princípios aplicados aos processos de desmembramento e fusão. Poderão migrar programas que, na sua transformação histórica, apresentem condições formais de cumprimento das exigências previstas no documento que orienta as submissões de APCN.